



SEGPLAN
SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE ESCRIVÃO DE POLÍCIA DE 3ª CLASSE DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS

Domingo, 1 de dezembro de 2013.

Curso de Formação Profissional: Escrivão Prova Objetiva Específica - 2ª Prova

Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.

1. Este caderno de provas contém **35 questões**.
2. Sobre a carteira, deverão ficar apenas o documento de identificação e a caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta preta.
3. Durante as provas, o(a) candidato(a) que necessitar se ausentar da sala de prova, por qualquer motivo, só poderá fazê-lo acompanhado de um fiscal.
4. É de responsabilidade do candidato conferir o caderno de prova e o cartão de resposta, em cada aplicação de prova, inclusive nome e número do documento de identificação, no momento em que recebê-lo. Confira-o todo e solicite sua substituição, caso apresente falha de impressão ou esteja incompleto.
5. Se desejar, o (a) candidato (a) poderá utilizar a folha intermediária de respostas como rascunho para registrar as alternativas escolhidas.
6. O candidato deverá transferir, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta preta, as respostas objetivas para o cartão de resposta, que será o único documento válido para a correção das provas. Em nenhuma hipótese haverá substituição do cartão de resposta.
7. Durante as aplicações das provas objetivas específicas do curso de formação profissional não será permitido:
 - portar e/ou utilizar armas de qualquer natureza, bolsas e similares, óculos escuros, lenços, itens de chapelaria, celulares ou quaisquer aparelhos que permitam transmissão e recepção de dados, outros equipamentos eletrônicos e/ou digitais e ainda relógios de qualquer natureza;
 - a troca de materiais entre os candidatos ou a consulta de qualquer natureza;
 - utilizar papel não fornecido pelo Núcleo de Seleção;
 - receber auxílio para execução das provas;
 - o uso de borrachas, canetas fabricadas em material não transparente, lapiseiras e folha de rascunho.
8. É de responsabilidade do candidato **destacar a sua identificação** do cartão de resposta.

OBSERVAÇÃO: Os responsáveis pela aplicação da prova não estão autorizados a fornecer informações sobre ela.

Identificação do candidato

Folha Intermediária de Respostas
Rascunho do Gabarito

Questão	Alternativas			
1	a	b	c	d
2	a	b	c	d
3	a	b	c	d
4	a	b	c	d
5	a	b	c	d
6	a	b	c	d
7	a	b	c	d
8	a	b	c	d
9	a	b	c	d
10	a	b	c	d
11	a	b	c	d
12	a	b	c	d
13	a	b	c	d
14	a	b	c	d
15	a	b	c	d
16	a	b	c	d
17	a	b	c	d
18	a	b	c	d
19	a	b	c	d
20	a	b	c	d
21	a	b	c	d
22	a	b	c	d
23	a	b	c	d
24	a	b	c	d
25	a	b	c	d
26	a	b	c	d
27	a	b	c	d
28	a	b	c	d
29	a	b	c	d
30	a	b	c	d
31	a	b	c	d
32	a	b	c	d
33	a	b	c	d
34	a	b	c	d
35	a	b	c	d



Questão 1

A garantia de total proteção aos elementos encontrados e que terão um caminho a percorrer, passando por manuseio de pessoas, análise, estudos, experimentações e apresentações até o final do processo criminal refere-se a:

- a) reprodução simulada.
- b) laudo pericial.
- c) cadeia de custódia.
- d) crime e ocorrência de trânsito.

Questão 2

As papilas dérmicas, de acordo com sua posição, e que estão relacionadas à identificação de pessoas, podem ser classificadas em três tipos. Quais são eles?

- a) Plantares, palmares e digitais.
- b) Palmares, digitais e latentes.
- c) Digitais, latentes e plantares.
- d) Plantares, palmares e latentes.

Questão 3

Os procedimentos adotados para esclarecer se a infração penal ocorrera de determinado modo, utilizando-se das descrições “in loco” dos atores da citada infração, analisando-as e comparando-as entre si, e com os vestígios materiais deixados por ocasião de sua ocorrência, objetivando unicamente saber-se da coerência, ou não, das versões. Essa definição é dada para

- a) reconstituição simulada de crime.
- b) reprodução simulada de crime.
- c) relatório policial.
- d) reconhecimento simulada de crime.

Questão 4

No interior de um imóvel residencial situado à Rua Araxá, no setor Colina Verde, em Iporá-GO, ocorreu uma infração penal que deixou vestígios. Os peritos criminais, ao chegarem ao local, constataram que o estado original dos objetos tinham sido alterados. Neste caso, quanto à classificação da natureza do fato e à preservação dos vestígios, trata-se de locais:

- a) relacionado e local de suicídio.
- b) interno e local idôneo.
- c) externo e local inidôneo.
- d) crime de homicídio e local inidôneo.

Questão 5

A Lei Federal nº 12.030/2009 instituiu três classes de peritos oficiais que realizam diferentes tipos de exames de corpo de delito (perícias). São eles:

- a) Perito odontologista, perito criminal e perito médico-legista.
- b) Perito médico-legista, perito odontologista e perito policial.
- c) Perito médico-legista, perito criminal e perito “ad doc”.
- d) Perito criminal, perito assistente judicial e perito médico-legista.

Espaço para rascunho



Questão 6

Os direitos à intimidade e à vida privada possuem conteúdo de direito fundamental, pois são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. No Brasil, o preceito que expressa um dos direitos e deveres individuais e coletivos se encontra na esfera

- a) de medidas provisórias e leis delegadas.
- b) infraconstitucional.
- c) constitucional.
- d) de tratados internacionais que não versam sobre direitos humanos.

Questão 7

O Brasil é um dos países signatários das Convenções de Genebra, de Haia e da Carta da ONU. Além disso, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, fica constitucionalmente assegurado o respeito aos tratamentos internacionais que expressam os direitos e as garantias relativas aos indivíduos. Assim sendo, ao proteger todas as pessoas contra atos ilegais,

- a) os profissionais responsáveis pelo cumprimento da lei devem, durante todo o tempo, cumprir o dever que lhes é imposto pela lei.
- b) os operadores de segurança pública devem seguir suas convicções ideológicas, religiosas e filosóficas, buscando o bom-senso.
- c) os policiais devem disparar, por precaução, a arma de fogo diante de toda e qualquer situação que envolva foragidos da Justiça.
- d) os integrantes da Polícia Militar devem investigar os crimes, buscando elucidar a materialidade, a autoria e as circunstâncias do fato criminoso.

Questão 8

Como uma das práticas de medidas humanitárias e de moderação, permite-se o uso de armas de fogo por policiais nas situações

- a) em que o preso estiver algemado com as mãos para trás e encapuzado.
- b) de autodefesa ou defesa de outros.
- c) de tiro de advertência para cima.
- d) em que houver possibilidade de aplicar um meio de contenção menos letal.

Questão 9

O operador de segurança pública deve fazer uso da força em relação à pessoa presa

- a) quando a segurança pessoal estiver ameaçada.
- b) como instrumento legal de investigação.
- c) se a manutenção da ordem estiver garantida.
- d) para educar segundo a política de repressão.

Questão 10

A Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece, por meio de seus trinta artigos, a dignidade como inerente a todos os membros da família humana e seus direitos iguais e inalienáveis. É um ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as Nações, sendo que um desses artigos prescreve que

- a) “Os homens têm direitos quase plenos e as mulheres têm direitos parciais à vida.”
- b) “Todo homem suspeito de um ato delituoso é considerado culpado.”
- c) “Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.”
- d) “A tortura somente é permitida se outro castigo cruel não atingir seu objetivo.”



Questão 11

Além da Declaração Universal dos Direitos Humanos, há o destaque de outras legislações que promovem o respeito aos direitos e liberdades da pessoa humana com reconhecimento internacional. Dentre essas legislações, destacam-se o Pacto Internacional para Direitos Cíveis e Políticos, a Convenção Americana de Direitos Humanos e

- a) a Convenção Internacional de Direitos Tecnológicos, Falimentares e Mercantis.
- b) o Pacto Internacional para Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
- c) a Lei das XII Tábuas.
- d) o Código Canônico.

Questão 12

O que importa são os resultados, não os princípios, ou a intenção. Para um servidor público, fazer o bem é agir em função do resultado, que pode ser tanto a melhor promoção do bem comum, quanto a melhor promoção do bem pessoal do próprio servidor, ou então ambos os resultados. É a visão abordada

- a) no Princípio da Inviolabilidade.
- b) na Ética da Convicção.
- c) no Princípio da Isonomia.
- d) na Ética da Responsabilidade.

Questão 13

“Qualquer ação eticamente orientada pode ajustar-se a duas máximas, fundamentalmente diferentes entre si e irremediavelmente opostas: pode orientar-se de acordo com a ‘ética da convicção’ ou de acordo com a ‘ética da responsabilidade’ (WEBER, 1979, p. 85). Assim, tem-se o seguinte exemplo:

- a) Ética da Responsabilidade – Platão: “os que fazem o bem não vivem bem, e os que são injustos vivem bem, mas nem por isso alguém deve fazer algo só porque e enquanto me trouxer resultados bons”.
- b) Ética da Convicção – Maquiavel: “os fins justificam os meios”.
- c) Ética da Convicção – Kant: “virtuoso não é quem alcança a felicidade, mas quem é digno de ser feliz, por ter cumprido a lei [...] não ser realmente feliz”.
- d) Ética da Responsabilidade – Jesus Cristo e o Sermão da Montanha: “quando, pois, dás esmola, não toques a trombeta diante de ti, como fazem os hipócritas nas sinagogas e nas ruas, para serem louvados pelos homens”.

Questão 14

A crise ética depende em boa parcela da crise da ética, ou seja, da perplexidade e da incerteza em que estamos imersos atualmente. Um sinal disso é a ausência de clareza a respeito do nosso futuro como espécie, e por isso, a respeito do sentido da nossa existência mesma. Dessa forma, verifica-se que

- a) a crise ética significa: por que me esforçar para estabelecer alguma norma para a convivência humana?
- b) a crise ética significa: por que devo eu cumprir alguma norma?
- c) a crise da ética significa: por que devo eu obedecer à lei?
- d) a crise da ética significa: por que me esforçar para acatar as regras morais universais sobre os direitos humanos?

Espaço para rascunho



Questão 15

“Comer, beber, urinar, defecar, dormir, fazer amor, falar, ouvir [...] impedir alguém de se deitar à noite ou obrigá-lo a viver com a cabeça abaixada é uma forma intolerável de tortura. Impedir outras pessoas de se movimentarem ou falarem é igualmente intolerável”. (ECO, 1994, p. 7). Umberto Eco defendeu que a ética mínima universal deveria ter como princípio

- a) o respeito ao corpo do outro.
- b) o poder arbitrário da polícia.
- c) o direito ao livre pensamento.
- d) o amor maternal incondicional.

Espaço para rascunho



Investigação de Homicídios**Questão 16**

O Direito Penal dispõe o seguinte:

- a) o assassinato intencional, mediante estrangulamento, configura hipótese de homicídio simples.
- b) o crime de homicídio ocorre a partir do início do parto, quando começa a vida extrauterina.
- c) configura hipótese de homicídio qualificado aquele em que o autor age sob o domínio de violenta emoção, logo após injusta provocação da vítima.
- d) o homicídio por motivo de relevante valor moral é aquele segundo o interesse coletivo.

Questão 17

No crime de homicídio, configuram-se modos que dificultam ou impossibilitam a defesa o ofendido:

- a) traição, emboscada, surpresa.
- b) emboscada, dissimulação, motivo fútil.
- c) emboscada, dissimulação, premeditação.
- d) surpresa, vingança, traição.

Questão 18

Na investigação de crimes de homicídio, quanto ao motivo ou à circunstância, verifica-se que

- a) homicídio ocasional é aquele movido por interesse material.
- b) homicídio mercenário é aquele cujo autor age motivado pela paga ou promessa de recompensa de natureza econômica.
- c) homicídio político é aquele praticado para assegurar execução, ocultação, impunidade ou vantagem de outro crime.
- d) homicídio passional é aquele cometido por disputa pelo poder público.

Questão 19

Segundo o estudioso de criminalística Edmond Locard, o tempo consome os vestígios, as evidências e dificulta a busca da verdade. Esse pensamento resume um princípio aplicável às investigações de homicídios, qual seja:

- a) princípio da indisponibilidade.
- b) princípio da ocasionalidade.
- c) princípio da oportunidade.
- d) princípio da oficiosidade.

Questão 20

Sobre as providências tomadas em local de crime de homicídio, tem-se que

- a) os suspeitos são obrigados a autorizar a realização de perícias para detecção de vestígio em seu corpo, como, por exemplo, exame de pesquisa de chumbo nas mãos e braços.
- b) sinal de mordedura na vítima deve ser identificado e analisado visando a uma possível extração de DNA depositado em saliva pelo suspeito.
- c) saco plástico é o recipiente adequado à preservação de roupa úmida, com provável mancha de sangue, para futuro exame pericial.
- d) é desnecessário registrar e analisar as lesões provocadas na vítima, pois essas medidas serão tomadas no Instituto de Medicina Legal ou local similar.

Espaço para rascunho



Questão 21

É elemento de convicção considerado prova técnica:

- a) o depoimento testemunhal.
- b) a confissão do indiciado.
- c) o laudo cadavérico.
- d) a declaração do suspeito.

Questão 22

Sobre a investigação de homicídio, verifica-se que

- a) a investigação de homicídio fundamenta-se na trilogia motivo, meio e oportunidade.
- b) o ângulo e a distância de tiro não têm importância para compreensão do perfil do suspeito.
- c) o primeiro policial a adentrar o local de crime, caso o altere, deve restaurar o cenário do delito e comunicar sua conduta aos peritos criminais.
- d) as manchas de sangue observadas em local de crime não possibilitam saber se a pessoa a que se referem estava de pé ou caída quando foi ferida.

Questão 23

Sobre os tipos de vestígio e a diferença entre vestígio e evidência pericial, considera-se que

- a) evidência é o material constatado e recolhido em local de crime para posterior análise na sessão competente do Instituto de Criminalística.
- b) vestígio forjado é aquele encontrado em local de homicídio, sem que tenha sido produzido com a intenção de induzir alguém a erro.
- c) vestígio verdadeiro é aquele produzido com propósito antecipado de ludibriar os investigadores em busca de esclarecimento do fato.
- d) evidência é o resultado da análise pericial revelando a ligação do material examinado pelos peritos com o fato investigado.

Questão 24

Acerca da investigação de crime de homicídio, verifica-se que

- a) a diligência para cumprimento de ordem judicial de busca e apreensão só é necessária para localização do instrumento utilizado na prática do homicídio.
- b) é irrelevante para os peritos e investigadores saber o posicionamento exato do corpo da vítima no cenário do crime.
- c) é necessário procurar esclarecer a motivação do crime.
- d) é vedado o reconhecimento de pessoa e coisa.

Questão 25

O prazo de prisão temporária durante a investigação do crime de homicídio será de

- a) 30 dias, prorrogável por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade, tratando-se de homicídio por motivo fútil.
- b) 05 dias, prorrogável por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade, tratando-se de homicídio em circunstância de emboscada.
- c) 05 dias, prorrogável por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade, tratando-se de homicídio com emprego de veneno.
- d) 30 dias, prorrogável por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade, tratando-se de homicídio simples.

Espaço para rascunho



Questão 26

Acerca das oitivas no Inquérito Policial, tem-se que

- a) o indiciado tem o direito de permanecer em silêncio sobre o fato a si imputado.
- b) termo de declarações é o ato instrutório para indiciado.
- c) o delegado de polícia não poderá reinquirir o indiciado.
- d) termo de interrogatório é o ato instrutório para testemunha.

Questão 27

Sobre a acareação, tem-se que

- a) é vedada a acareação entre vítima e indiciado.
- b) é um ato informal que não necessita ser reduzido a termo.
- c) a testemunha devidamente intimada é obrigada a participar.
- d) ocorrerá somente quando for solicitada pelo advogado do indiciado.

Questão 28

Concernente ao reconhecimento de pessoas e coisas no Inquérito Policial, tem-se que

- a) o reconhecimento de pessoas é admitido como meio de prova.
- b) o Código de Processo Penal proíbe o reconhecimento de coisas.
- c) o reconhecimento de pessoas e coisas independe de formalidades.
- d) não é admitido o reconhecimento de pessoas através de fotografias.

Questão 29

Relativamente ao auto de exibição e apreensão e ao termo de entrega, no Inquérito Policial, tem-se que

- a) os objetos que tiverem relação com a infração penal investigada não serão apreendidos pelo delegado de polícia.
- b) o delegado de polícia deve proceder à restituição de coisa apreendida, mesmo em caso de dúvida quanto ao direito do solicitante.
- c) em local de crime, as coisas necessárias à realização de exame pericial serão apreendidas pelo delegado de polícia, independente de liberação dos peritos.
- d) é proibido aos policiais o uso de objetos apreendidos na delegacia, mesmo que na condição de fiel depositário.

Questão 30

Sobre os exames periciais, tem-se que

- a) os peritos não oficiais estão dispensados do compromisso de bem e fielmente desempenharem o encargo que lhes foi confiado.
- b) quando não é possível o exame de corpo de delito nas infrações penais que deixam vestígios, a prova testemunhal pode supri-lo.
- c) todas as vezes que a infração penal deixa vestígios é facultativa a realização do exame de corpo de delito direto ou indireto.
- d) os peritos não estão sujeitos à observância de prazos para a elaboração dos laudos periciais e sua remessa à delegacia.

Espaço para rascunho



Questão 31

No que se refere aos incidentes da prisão em flagrante, tem-se que

- a) o militar que for autuado em flagrante e mantido preso não poderá ficar recolhido em ambiente prisional militar, devendo ser encaminhado à unidade prisional civil.
- b) os juízes e os membros do Ministério Público só poderão ser presos por ordem judicial escrita ou em caso de flagrante por crime inafiançável.
- c) os defensores públicos têm imunidade processual e não podem ser presos em flagrante, nem por ordem escrita da autoridade judicial.
- d) em nenhuma hipótese haverá prisão em flagrante de senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores.

Questão 32

No que diz respeito à prisão em flagrante, tem-se que

- a) nos delitos de trânsito, sempre haverá prisão em flagrante.
- b) toda testemunha tem o dever de prender quem se encontra em flagrante delito.
- c) é vedada a realização de exame de corpo de delito em quem é atuado em flagrante.
- d) deverá atender às formalidades legais, sob pena de nulidade.

Questão 33

No que concerne à prisão em flagrante, tem-se que

- a) não poderá ser lavrado auto de prisão em flagrante na falta de escrivão de polícia no local da sua lavratura.
- b) se o conduzido se recusar a assinar, o auto de prisão em flagrante será assinado por duas testemunhas que tenham ouvido sua leitura na presença do autuado.
- c) é proibido prender quem é encontrado, logo depois, com instrumento ou outro objeto que faça presumir ser ele autor do crime.
- d) não será lavrado auto de prisão em flagrante na falta de testemunhas oculares e da vítima do crime.

Questão 34

Em relação ao ato infracional, tem-se que

- a) a criança e o adolescente que cometerem atos infracionais serão submetidos a medidas específicas de proteção.
- b) não se pode elaborar boletim de ocorrência circunstanciado em caso de ato infracional sem violência ou grave ameaça à pessoa.
- c) se o ato infracional for cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa, deverá ser lavrado auto de apreensão em flagrante.
- d) o menor apreendido em flagrante de ato infracional poderá ficar na mesma cela destinada ao recolhimento de pessoas maiores.

Questão 35

No que se refere ao termo circunstanciado de ocorrência, tem-se o seguinte:

- a) o termo circunstanciado de ocorrência será assinado apenas pela autoridade policial, sendo dispensados de assinatura o escrivão de polícia, a vítima e o autor do fato.
- b) toda infração penal de menor potencial ofensivo será objeto de termo circunstanciado de ocorrência, ainda que o fato noticiado seja complexo.
- c) mesmo que necessários para comprovação da materialidade do fato delituoso, os exames periciais correspondentes serão dispensados.
- d) consideram-se de menor potencial ofensivo as infrações penais abstratamente punidas com até dois anos de privação de liberdade.

